

Políticas Públicas e o Desenvolvimento da Ciência

Karine Dalazoana
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Karine Dalazoana

(Organizadora)

**Políticas Públicas
e o Desenvolvimento da Ciência**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas e o desenvolvimento da ciência [recurso eletrônico]
/ Organizadora Karine Dalazoana. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-95-6

DOI 10.22533/at.ed.956180512

1. Ciência – Estudo e ensino – Brasil. 2. Ciência – Aspectos
sociais. 3. Ciência – Política e governo. I. Dalazoana, Karine.

CDD 303.483

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A presente obra reúne modernos textos acerca da temática políticas públicas e desenvolvimento da ciência, traduzindo os resultados de pesquisas que vem sendo desenvolvidas em instituições de ensino superior e pesquisa por todo o Brasil.

Por se tratar de um tema amplo, dotado de uma infinidade de vieses, optou-se por utilizar seções temáticas, as quais facilitam a apresentação dos temas em áreas do conhecimento.

A primeira seção trata das diversas acepções e representações acerca da educação pública, com destaque especial ao ensino de ciências. Os textos versam sobre temáticas que vão da experimentação científica, permeando pelas aulas em campo e visitas técnicas, práticas vivenciais até findar no aspecto do aproveitamento escolar e na intervenção pedagógica.

A segunda seção concentra estudos de caráter experimental relacionados à microbiologia. Os temas englobam estudos de comportamento microbiano, antibiose e a utilização dos microrganismos no monitoramento ambiental.

A terceira seção se ocupa de estudos em bioquímica, especialmente voltados ao consumo e manufatura de alimentos, assim como finaliza com um estudo sobre o comportamento físico-químico de materiais naturais e sintéticos.

Na quarta seção tem-se um apanhado sobre as diversas estratégias em saúde coletiva desenvolvidas nos setores públicos e privados do País. Desse modo, têm-se discussões sobre saúde ocupacional e posteriormente acerca da saúde mental, voltadas para o aspecto da depressão e da ansiedade.

A quinta seção versa sobre estudos em ecobiologia e estratégias de gestão sustentável do meio ambiente, na qual os capítulos permeiam os aspectos mais diversos da conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Trazendo estudos em entomologia, conservação da natureza, impactos socioambientais, agroecologia, ecologia vegetal e construções sustentáveis.

Na sexta seção são apresentados textos sobre tecnologia da informação e inovação tecnológica. Os capítulos tratam sobre o desenvolvimento de novas tecnologias e ferramentas inovadoras para facilitar tanto o aprendizado científico quanto as atividades cotidianas em áreas diversas do conhecimento.

A sétima seção traz um compêndio sobre gestão democrática e participação popular, na qual são apresentados textos sobre gestão escolar democrática, gestão em saúde, participação popular e gestão de custos.

Na oitava seção têm-se alguns estudos sobre representação visual, políticas públicas e o discurso racional. Os textos permeiam entre a autorrepresentação, iconografia, razão, direito e literatura.

Por fim, na nona seção, são apresentados estudos sobre mobilidade urbana, de modo a demonstrar diagnósticos e estratégias de melhoria à mobilidade em cidades brasileiras.

Espera-se que o leitor encontre informações atuais, contextualizadas com a realidade das diversas regiões brasileiras e, além disso, estudos modernos que contribuam para o desenvolvimento das políticas públicas e da ciência no Brasil.

Karine Dalazoana

SUMÁRIO

SEÇÃO I

POLÍTICAS PÚBLICAS, REPRESENTAÇÕES E ENSINO DE CIÊNCIAS

CAPÍTULO 1	1
VISITAS TÉCNICAS: RELEVANTE FERRAMENTA DIDÁTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
<i>Evandro Bacelar Costa</i>	
<i>Sárvia Rafaelly Nunes Santos</i>	
<i>Thaciane Lareska Vaz Sousa</i>	
<i>Alberto Alexandre de Sousa Borges</i>	
<i>Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805121	
CAPÍTULO 2	10
CARAVANA CIENTÍFICA: AVALIAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DE UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO	
<i>Clemilda Figueredo Nascimento Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805122	
CAPÍTULO 3	16
HORTA ESCOLAR ORGÂNICA COMO LABORATÓRIO PARA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA	
<i>Ítala Lorena de Lima Ferreira</i>	
<i>Raildo de Souza Torquato</i>	
<i>Juliana Ferreira Calfas</i>	
<i>Vanesse do Socorro Martins de Matos</i>	
<i>Augusto Izuka Zanelato</i>	
<i>Ademir Castro e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805123	
CAPÍTULO 4	23
O EXPERIMENTO “LABIRINTO ELÉTRICO” COMO FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ELETRICIDADE	
<i>Honório Pereira da Silva Neto</i>	
<i>Yara Maria Resende da Silva</i>	
<i>Miguel Henrique Barbosa e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805124	
CAPÍTULO 5	30
DESCARTE DE RESÍDUOS EM AULAS DE LABORATÓRIO DE QUÍMICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Julia Carneiro Romero</i>	
<i>Wesley Nascimento Guedes</i>	
<i>Fábio Alan Carqueija Amorim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805125	
CAPÍTULO 6	47
A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA CONEXÃO AQUARELA SOBRE O ENSINO DA QUÍMICA: PRESSUPOSTOS E DELIBERAÇÕES	
<i>Juliana Pereira Fadul</i>	
<i>Nicole Karen Vasconcelos Varela da Silva</i>	
<i>Ineval Borges dos Santos Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805126	

CAPÍTULO 7	54
CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES EM RELAÇÃO AO CONCEITO CIENTÍFICO DE LIPÍDIOS	
<i>Raquel Miranda de Souza Nogueira Sampaio</i>	
<i>Rodrigo Maciel Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805127	
CAPÍTULO 8	70
PET LICENCIATURAS E A EXPERIÊNCIA DE PROTAGONISMO DISCENTE NO PROJETO A CIÊNCIA FEMININA	
<i>Ana Cristina de Sousa</i>	
<i>Ana Luísa Santos de Carvalho</i>	
<i>Giulia de Oliveira Pinheiro</i>	
<i>Glêvia Ferraz Bezerra</i>	
<i>Kelly Karoline Sena dos Santos</i>	
<i>Lorena Savazini</i>	
<i>Mateus Santos Carapiá</i>	
<i>Ubiratam Gomes dos Santos Júnior</i>	
<i>Wallace Rezende Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805128	
CAPÍTULO 9	83
REPROVAÇÃO X APROVAÇÃO: QUANDO A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA FAZ A DIFERENÇA	
<i>Janis Helen Vettorazzo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805129	

SEÇÃO II

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDOS EM MICROBIOLOGIA

CAPÍTULO 10	94
ANÁLISE DA SUSCETIBILIDADE A ANTIMICROBIANOS DE BACTÉRIAS VEICULADAS POR FORMIGAS EM AMBIENTE NOSOCOMIAL	
<i>Jéssica Karine Távora de Sousa</i>	
<i>Gleciane Costa de Sousa</i>	
<i>Francilene de Sousa Vieira</i>	
<i>Gizelia Araújo Cunha</i>	
<i>Francisco Laurindo da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.95618051210	
CAPÍTULO 11	104
AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE SOBRAS DE ALIMENTOS EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	
<i>Karine Barbosa de Menezes</i>	
<i>Rodrigo César de Moura Castro Alves</i>	
<i>Milena de Castro Fernandes</i>	
<i>Laudilse de Moraes Souza</i>	
<i>Maria Cristina Delgado da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.95618051211	
CAPÍTULO 12	109
EFEITO ANTIMICROBIANO DE EXTRATOS VEGETAIS EM BACTÉRIAS PRODUTORAS DE β - LACTAMASES DE ESPECTRO ESTENDIDO	
<i>Gizelia Araújo Cunha</i>	
<i>Francilene de Sousa Vieira</i>	
<i>Gleciane Costa de Sousa</i>	
<i>João Alberto Santos Porto</i>	
<i>Jéssica Karine Távora de Sousa</i>	
<i>Francisco Laurindo da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.95618051212	

CAPÍTULO 13..... 123

MONITORAMENTO AMBIENTAL DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS COLIMÉTRICAS DOS RIOS CAPIVARI E BACAXÁ NA REGIÃO DOS LAGOS - RJ

Priscila Gonçalves Moura
Antônio Nascimento Duarte
Lucianna Helene Silva dos Santos
Adriana Sotero-Martins

DOI 10.22533/at.ed.95618051213

SEÇÃO III

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDOS EM BIOQUÍMICA

CAPÍTULO 14..... 136

DETECÇÃO DE AGLUTININAS NA CASCA E AMÊNDOA DE COIX LACRYMA-JOBI

Maurício Oliveira Paixão
Silvana Braga da Silveira
Wagner Pereira Félix

DOI 10.22533/at.ed.95618051214

CAPÍTULO 15..... 141

ANÁLISE DO PH DA ÁGUA CONSUMIDA POR FUNCIONÁRIOS E ALUNOS DO IFBA – BARREIRAS

Tatielly de Jesus Costa
Josilene Rosa Sobral
Lilian Karla Figueira da Silva
Alexandre Boleira Lopo

DOI 10.22533/at.ed.95618051215

CAPÍTULO 16..... 146

AValiação dos Índices de Acidez e Peróxidos do Óleo de Soja Utilizado em Frituras de Alimentos Comercializados no Centro da Cidade de Ilhéus-BA

Marina Santos de Jesus
Luana Santos Moreira
Florian dos Santos Costa
Clissiane Soares Viana Pacheco
Fábio Alan Carqueija Amorim

DOI 10.22533/at.ed.95618051216

CAPÍTULO 17..... 159

ESTUDO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE COMPÓSITOS REFORÇADOS COM TECIDOS DE ALGODÃO E NYLON

Marcos Lopes Leal Júnior
Marcos Massao Shimano

DOI 10.22533/at.ed.95618051217

SEÇÃO IV

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS EM SAÚDE

CAPÍTULO 18..... 171

“INVESTIMENTOS” EM SAÚDE DO TRABALHADOR: ENTRE A OBRIGAÇÃO LEGAL E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

José Tenório dos Santos Neto
Ana Virgínia Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.95618051218

CAPÍTULO 19..... 182

GERENCIANDO O RISCO ASSISTENCIAL NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO CLÍNICA: PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO (LPP)

Tatiana Rosa do Carmo

Thaís Almeida de Paula

Sebastião Ezequiel Vieira

DOI 10.22533/at.ed.95618051219

CAPÍTULO 20..... 186

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS A SINTOMAS DE ANSIEDADE EM IDOSOS

Juciara Maria Cunha

Gabriela Sales dos Santos

Samara Carolina Rodrigues

Alessandra Santos Sales

Paulo da Fonseca Valença Neto

Lélia Lessa Teixeira Pinto

Icaro José Santos Ribeiro

Cezar Augusto Casotti

DOI 10.22533/at.ed.95618051220

CAPÍTULO 21..... 194

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS À SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM IDOSOS

Juciara Maria Cunha

Samara Carolina Rodrigues

Gabriela Sales dos Santos

Alessandra Santos Sales

Lélia Lessa Teixeira Pinto

Cezar Augusto Casotti

DOI 10.22533/at.ed.95618051221

SEÇÃO V

ESTUDOS EM ECOBIOLOGIA E ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS

CAPÍTULO 22..... 203

IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE COLEÓPTEROS DEPOSITADOS NAS COLEÇÕES ENTOMOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, CAMPUS IX

Adriana Gonçalves Barbosa

Juliana Luiz dos Santos

Diany dos Santos Ibiapina

Greice Ayra Franco-Assis

DOI 10.22533/at.ed.95618051222

CAPÍTULO 23..... 208

VALORAÇÃO ECONÔMICA DA DEGRADAÇÃO DO CERRADO: O CASO DO PEQUI (CARYOCAR BRASILIENSE CAMB.)

Amanda Ferreira Andrade

Humberto Ângelo

DOI 10.22533/at.ed.95618051223

CAPÍTULO 24..... 216

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELAS CONSTRUÇÕES INADEQUADAS NO MUNICÍPIO DE
GUANAMBI-BA

Ana B. M. Guimarães

Nicole S. Malheiros

Vitoria L. Fernandes

Indira T. L. Rego

Hudson A. Costa

DOI 10.22533/at.ed.95618051224

CAPÍTULO 25..... 219

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM SC: ENTRAVES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES

Rafael Dantas Dias

DOI 10.22533/at.ed.95618051225

CAPÍTULO 26..... 236

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO,
CANDIBA-BA

Brisa Ribeiro de Lima

Elcivan Pereira Oliveira

Enok Pereira Donato Júnior

Felizarda Viana Bebé

Priscila Alves Lima

DOI 10.22533/at.ed.95618051226

CAPÍTULO 27..... 241

USO DA TOPOGRAFIA EM LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO PARA A MEDIÇÃO DE ALTURA DE ÁRVORES ARBÓREAS

Francisco Almeida Ângelo

Davi Rodrigues Silva

Barbara Rodrigues Gusmão

Ivanildo Antônio dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.95618051227

CAPÍTULO 28..... 249

SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DA VIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DE FÔRMAS DE
POLIPROPILENO EM COMPARAÇÃO A FÔRMAS DE MADEIRA

Alberto de Sousa Mol

Brenda Fernanda Araújo Maia

Bruno Dutra Vidigal

Helton Gonçalves Silva Junio

DOI 10.22533/at.ed.95618051228

SEÇÃO VI

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTUDOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

CAPÍTULO 29..... 258

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA AUXILIAR A APRENDIZAGEM DAS LEIS DE MENDEL

Fernanda da Silva Vieira

Beatriz Bezerra De Souza

Emídio José de Souza

Gustavo Soares Vieira

Wilza Carla Moreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051229

CAPÍTULO 30 265

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA AUXILIO NO ENSINO DA TEORIA DAS CORES

Helder Gualberto Andrade Rodrigues Junior

Fabio Luiz Sant'Anna Cuppo

DOI 10.22533/at.ed.95618051230

CAPÍTULO 31 274

DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE STEWART PARA SIMULAÇÃO DE MONTAGEM DE BLOCOS DE EMBARCAÇÃO EM LABORATÓRIO

Janaína Ribas de Amaral

Roberto Simoni

DOI 10.22533/at.ed.95618051231

CAPÍTULO 32 288

INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES PARA AUTOMATIZAR RESERVAS DE VIAGENS: UMA ABORDAGEM USANDO PADRÕES

Edinaldo Gaspar da Silva

Fabricia Roos Frantz

Rafael Z. Frantz

DOI 10.22533/at.ed.95618051232

SEÇÃO VII

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO 33 299

A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DOS CONSELHOS ESCOLARES: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ÉRICO CARDOSO – BAHIA

Kleonara Santos Oliveira

André Lima Coelho

Martha de Cássia Nascimento

Arthur Prado Netto

DOI 10.22533/at.ed.95618051233

CAPÍTULO 34 304

ESTUDO DO CONSELHO DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DE MÉDIO PORTE INTEGRANTE DA RIDE-DF

Thayna Karoline Sousa Silva

Mariana Sodario Cruz

Danylo Santos Silva Vilaça

DOI 10.22533/at.ed.95618051234

CAPÍTULO 35 315

10ENVOLVER: FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CINCO MUNICÍPIOS DE MENOR IDH-M DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Valéria Cristina da Costa

Leonel de Oliveira Pinheiro

Luís Ricardo de Souza Corrêa

Patrícia Jeane Queiroz de Souza

Anne Raquel Queiroz Souza

Artemiza Oliveira Souza

Carlos Daniel Ribeiro Santos

Deliene Fracete Gutierrez

Eliana Batista dos Santos

Eliete Ramalho Gomes

Gresiane Soares Lima
Juliana Lemes da Cruz
Kátia Maria da Silva
Leonardo de Oliveira Pinheiro
Mayne Luísa Silva Veronesi
Nacip Mahmud Láuar Neto

DOI 10.22533/at.ed.95618051235

CAPÍTULO 36 331

METODOLOGIA PARA APURAÇÃO DE CUSTOS EM UMA IFES: O CASO DA UFAL

Lucas Silva De Amorim
Lílian Gabriela Pontes Rolim
Anderson De Barros Dantas

DOI 10.22533/at.ed.95618051236

SEÇÃO VIII

REPRESENTAÇÃO VISUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DISCURSO RACIONAL

CAPÍTULO 37 342

DO AUTORRETRATO A SELFIE: A CARICATURA DO EGO

Virgínia De Fátima De Oliveira E Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051237

CAPÍTULO 38 344

ICONOGRAFIA VISUAL NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA: AS OBRAS DE ARTES NO ESTUDO DE ARIÈS

Mayelle da Silva Costa
Alexandre Silva dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.95618051238

CAPÍTULO 39 359

OS ERROS DA RAZÃO OCIDENTAL NO CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS, DE F.W. NIETZSCHE

Adolfo Miranda Oleare

DOI 10.22533/at.ed.95618051239

CAPÍTULO 40 369

DIREITO E LITERATURA: DA UNIVERSIDADE PARA A ESCOLA

Conceição Aparecida Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.95618051240

SEÇÃO IX

POLÍTICAS PÚBLICAS E MOBILIDADE URBANA

CAPÍTULO 41 384

TAXA DE MOBILIDADE DE SALVADOR; UM ESTUDO DE CASO DO IMBUI PARA O INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

Anamaria Miguez Martinez de Souza
Jancarlos Menezes Lapa
Lavínia Carmo
Júlia Nunes Ramos
Naiara Epitáfio Silva
Lorena Rocha Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.95618051241

CAPÍTULO 42 393

TRÂNSITO ACESSÍVEL: UMA TECNOLOGIA PARA A HUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS

Karla Rocha Carvalho Gresik Renato Barreto

Gonzaga

Bruno Raí Santos Silva

Getílio Pereira Dias Junior Catilene Souza

Florêncio Sampaio Mariana de Oliveira Neres

DOI 10.22533/at.ed.95618051242

SOBRE A ORGANIZADORA 406

DIREITO E LITERATURA: DA UNIVERSIDADE PARA A ESCOLA

Conceição Aparecida Barbosa

Universidade Federal do Maranhão, Curso de
Direito
Imperatriz – MA

RESUMO: O presente artigo trata do projeto de extensão intitulado “Diálogos entre Direito e Literatura”, realizado na Universidade Federal do Maranhão entre 2012 e 2013, que culminou com a produção de uma oficina de extensão aplicada em uma escola do ensino médio da cidade de Imperatriz, com o objetivo de refletir sobre as questões de direito levantadas a partir da obra *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare. O recorte abordado pelos extensionistas teve como foco a questão dos crimes contra a honra, a saber, calúnia, difamação e injúria. Por meio da perspectiva das relações entre Direito e Literatura, tais crimes foram pensados e discutidos de acordo com o Código Penal brasileiro. Além disso, o desrespeito contra a honra do indivíduo pode ser observado em mundos diversos, o real e o da literatura, em culturas e tempos diversos, mas com consequências graves para a harmonia e paz social. Tratou-se, inicialmente, do desenvolvimento histórico dos estudos de Direito e Literatura no Brasil, em seguida, da abordagem da obra de Shakespeare e, por fim,

da doutrina jurídica sobre os crimes contra a honra no Brasil. Fez-se, além disso, um relato de experiência da oficina de extensão aplicada em uma escola pública de Imperatriz. Como resultados, tanto os extensionistas quanto os estudantes de ensino médio puderam refletir sobre a literatura, o direito e a convivência social, imbuídos de uma concepção de direito que se modifica no tempo e no espaço, mas apresenta a reflexão como forma da busca pela justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Direito Penal; Crimes contra a honra.

ABSTRACT: This article deals with the extension project entitled “Dialogues between Law and Literature”, held at the Federal University of Maranhão between 2012 and 2013, culminating with the production of an extension workshop applied at a high school in Imperatriz, with the aim of reflecting on the issues of law raised from the masterpiece *The Merchant of Venice* by William Shakespeare. The clipping of the extensionists was focused on crimes against honor, namely libel, slander and injury. Through the perspective of the relations between Law and Literature, such crimes were thought and discussed according to the Brazilian Criminal Code. Moreover, disrespect for the honor of the individual could be observed in diverse worlds, from the real and from the literature

one, in different cultures and times, but with serious consequences for harmony and social peace. Initially, it dealt with the historical development of Law and Literature studies in Brazil, followed by the approach to Shakespeare's work and, finally, the legal doctrine on crimes against honor in Brazil. In addition, there was an experience report of the extension workshop applied in a public school in Imperatriz. As a result, both extensionists and high school students were able to reflect on literature, law and social coexistence, imbued with a conception of law that changes in time and space, but presents the reflection as a form of the search for justice.

KEYWORDS: Literature; Criminal Law; Crimes against honor.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva relatar a experiência de projeto de extensão realizado entre 2012 e 2013 na Universidade Federal do Maranhão, com a colaboração de estudantes do programa “Jovens Talentos para a Ciência”, de extensionistas e com escolas do Ensino Médio da cidade de Imperatriz, Maranhão.

A temática do projeto de extensão girou em torno da relação Direito e Literatura, tendo sido denominado tal projeto “Diálogos entre Direito e Literatura: da universidade para a escola”.

Inicialmente, o projeto possuía como público alvo estudantes do campus centro de Imperatriz, principalmente os dos cursos de Direito, Pedagogia e Jornalismo, além de alcançar também os alunos de ensino médio das escolas públicas de Imperatriz.

O projeto de extensão baseou-se na necessária relação de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a integrar Universidade e Sociedade por meio de ações e práticas pedagógicas que possibilitassem a transmigração do conhecimento científico da Universidade para o âmbito das escolas de ensino médio, com vistas ao incentivo à leitura, à divulgação da literatura nacional e internacional, bem como visando à ampliação do conhecimento, divulgação e debate de questões atuais do direito que permitissem aos estudantes o desenvolvimento de uma visão crítica das relações humanas que envolvem os direitos fundamentais garantidos pela Constituição, despertando, assim, a conscientização para a cidadania.

Justifica-se, portanto, este projeto pela sua inserção em Direito e Literatura, pela possibilidade de dar andamento a um trabalho envolvendo o contato do estudante extensionista e outros participantes do projeto com pesquisa, ensino e extensão, bem como pelo objetivo maior que se almejou alcançar, a saber, o de desenvolver pensamento crítico e preparar o indivíduo para a cidadania.

Ao contrário do que se apresenta na mídia, aparentemente a cidadania não deveria ser uma luta constante, nem um acionamento contínuo do judiciário para que este possa resolver todos os problemas da sociedade. Cidadania passa pela compreensão do coletivo, de uma sociedade em que o individual tem que conviver de forma harmônica com o coletivo, sendo necessário, para tanto, o conhecimento dos

direitos e deveres do cidadão.

No entanto, parte-se do pressuposto de que o indivíduo conhece todos os seus direitos (e deveres), mas isso está muito distante da realidade. Portanto, o compartilhamento do conhecimento do estudante de Direito com a sociedade torna-se imprescindível, mormente por ser este estudante de uma instituição pública, entendendo fazer parte da função social da universidade e de seus discentes e docentes a contínua relação de divulgação do conhecimento com a comunidade.

A ideia de cidadania é relacionada à coletividade na acepção grega como aquela apontada por Coulanges (2003, p. 251) na qual para ser considerado cidadão o indivíduo deveria participar de todas as festas do culto. A efetivação dos direitos civis e políticos estava atrelada a esta participação ao culto e à participação a todas as atividades públicas, cerimônias e refeições.

Numa acepção mais atual, Dalmo Dallari (2004, pp. 41-42) atrela à cidadania não somente o direito de votar e ser votado, mas também a consciência do valor da pessoa humana:

Preparar para a cidadania não é, portanto, apenas dar a informação sobre os cargos eletivos a serem disputados e sobre os candidatos a ocupa-los, mas também informar e despertar a consciência sobre o valor da pessoa humana, suas características essenciais, sua necessidade de convivência e a **obrigação de respeitar a dignidade de todos os seres humanos**, independentemente de sua condição social ou de atributos pessoais. (grifo nosso)

Assim sendo, temos a relação Literatura, Direito e Educação, educação para o estudante, educação para a sociedade. Esse despertar para a cidadania requer o conhecimento, o respeito à dignidade da pessoa humana e o conhecimento das leis aplicáveis à sociedade em que vive o indivíduo.

Desse modo, tratamos da questão da dignidade do homem tanto na obra de Shakespeare quanto no ordenamento pátrio, visando alcançar essa concepção de cidadania que Dallari aponta, a de conscientização do valor da dignidade, do conhecimento de que essa conscientização possa permitir a construção de uma convivência harmônica.

Com esse objetivo é que apresentamos o relato de experiência sobre a oficina de extensão “Diálogos entre Direito e Literatura: da Universidade para a Escola”.

No que concerne ao procedimento adotado com o grupo de estudantes da UFMA, tanto extensionistas quanto os orientandos do projeto “Jovens Talentos para a Ciência”, partiu este procedimento da leitura da obra literária escolhida, O Mercador de Veneza, para posterior discussão das diversas temáticas que poderiam ser abordadas por eles e que tivessem relação com alguma questão do direito que já tivessem estudado durante o curso.

A partir da Literatura, mais especificamente da obra de Shakespeare acima citada, foram estudadas e discutidas questões fundamentais de direito trazidas pela própria literatura e confrontadas com a realidade atual, permitindo a ligação entre

Direito, Literatura e Educação.

A metodologia adotada objetivou trazer o estudante de direito para a realidade da pesquisa, para a realidade do ensino e para a realidade da comunidade, principalmente por ser essa realidade muitas vezes ignorada pelos estudantes do Direito, principalmente aqueles que possuem um perfil “carreirista”, voltado para suprir suas necessidades de *status* e negligente com a realidade social.

O recorte adotado pelos estudantes foi em relação ao tratamento dispensado por Antonio, o mercador cristão, a Shylock, o judeu. Esse recorte foi trabalhado com os estudantes de uma escola pública de ensino médio, levantando a discussão sobre os crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria.

Os estudantes realizaram uma redação sobre o tema após a atividade educativa. Em relação aos resultados observou-se o interesse dos estudantes pelo tema, pois muitos questionavam sobre as formas de “buscar a justiça” quando vítimas de bullying ou de possíveis crimes contra a honra. Além disso, os estudantes extensionistas que participaram do projeto puderam aplicar na prática as aulas de Direito Penal ao explicarem diretamente para os estudantes do ensino médio como proceder e como diferenciar tais crimes.

2 | DIREITO E LITERATURA NO BRASIL

Nos últimos anos, os estudos de direito e literatura tem-se multiplicado no país. Embora sejam considerados tais estudos novidade e até excentricidade, no âmbito internacional se desenvolveram desde o início do séc. XX.

Trindade e Bernsts (2017, p. 2) apresentam um panoramageral do desenvolvimento dos estudos em Direito e Literatura no Brasil. Para situar a diferença entre o âmbito nacional e internacional, os autores citados destacam que já no século XX havia um desenvolvimento desses estudos no exterior: 1908, *A list of Legal Novels*, John Wigmore (Direito na Literatura); 1925, Benjamin Cardozo, *Law and Litterature* (Direito como Literatura); Irving Browne (1883); Wilbur Larremore (1890); Gilbert Ray Hawes (1899); Ferrucio Pergolesi (1927). Aliás, este último tem bem a visão que ora pretende-se explorar, a de que a Literatura de um povo contribui para conhecer a história do seu direito, conforme destacado por Trindade e Bernsts (2017, p. 2).

Destacam ainda que na Alemanha e na Suíça o “Direito aparece como um fenômeno cultural comum à educação dos juristas e dos literatos, enquanto a Literatura ergue-se tanto como fonte para o conhecimento jurídico como também constitui um potente meio de crítica às instituições jurídicas”.

Vale destacar ainda, que a relação entre direito e literatura se estabelece na formação dos juristas, tendo em vista que muitos dos escritores têm formação no Direito. O movimento do passado, em que o bacharel em direito trocava a atuação jurídica pela profissão de escritor agora se apresenta de forma diferente, o exercício

da literatura transformou-se em um *hobby*.

Trindade e Brensts (2017, p. 229) citam diversos exemplos de grandes escritores que tiveram formação jurídica:

[...] Gregório de Mattos, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar, Raul Pompéia, Raimundo Correia, Alphonsus de Guimaraens, Augusto dos Anjos, Graça Aranha, Godofredo Rangel, Oswald de Andrade, Alcântara Machado, José Lins do Rego, Clarice Lispector, Jorge Amado, Monteiro Lobato, João Ubaldo Ribeiro e Ariano Suassuna. Na mesma linha, cumpre referir que, em março de 2017, quase metade dos membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) tinham formação jurídica: Tarcísio Padilha, Carlos Nejar, Nelson Pereira dos Santos, Rosiska Darcy de Oliveira, Helio Jaguaribe, Sergio Paulo Rouanet, Celso Lafer, Lygia Fagundes Telles, Affonso Arinos de Mello Franco, Murilo Melo Filho, Alberto Venancio Filho, Marcos Vinícius Vilaça, Eduardo Portela, Geraldo Cavalcanti, Candido Mendes, Arno Wehling, José Sarney e Marco Maciel.

Para Trindade e Bernsts (2017, p. 230) o verdadeiro precursor dos estudos em Direito e Literatura é o jurista baiano Aloysio de Carvalho Filho, cujos estudos se iniciaram na década de 30 culminando com a publicação de estudos sobre a obra machadiana em 1958, denominada *O processo criminal e Capitu*.

Outro baiano destacado pelos autores nesse processo de introdução dos estudos interdisciplinares de Direito e Literatura é José Gabriel Lemos Britto, cuja obra intitulada *O crime e os criminosos na Literatura Brasileira*, publicada ainda em 1946, também serve como marco referencial nos estudos da área.

Além desses nomes do passado, um grande expoente nos estudos em Direito e Literatura é Alberto Warat que influenciou a formação de juristas no país, trazendo as relações estabelecidas pelo Direito e Literatura, conforme Monardo (2000 *apud* Trindade e Bernsts, 2017, p. 232). A obra de Warat, *A ciência jurídica e seus dois maridos*, de 1985, é leitura obrigatória para os estudos na área de Direito e Literatura, de acordo com os autores citados.

Assim sendo, a lista elencada por Trindade e Bernsts apresenta um rol bastante extensivo e completo de autores para enveredar pelo Direito e Literatura. No entanto, desde 2012 utilizamos para as aulas do curso de Direito a obra shakespeariana *O mercador de Veneza*, que, a nosso ver, apresenta várias questões que podem ser abordadas no Direito (retórica e argumentação jurídicas; a falência do mercador, relações de crédito, contratos etc.).

Dentre os autores especificamente voltados para as pesquisas em Direito e Literatura citados por Trindade e Bernsts, destacamos dois para o projeto de extensão: Luiz Carlos Cancellier de Olivo e Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy.

Luis Carlos Cancellier de Olivo (2005, p.16) em sua obra *O Estudo do Direito através da Literatura* categoriza como referencial teórico três esferas de abordagem dos estudos em Direito e Literatura. O primeiro, em História do Direito, o que ele denomina de teoria básica para o estudo histórico do Direito, cita autores que serviriam de fundamentação teórica ao abordar esse aspecto histórico do Direito: René David,

John Gilissen e Antonio Wolkmer.

A segunda esfera de abordagem seria no âmbito dos estudos de literatura, destacados os nomes de Arnold Hauser e Harold Bloom, e, por fim, o estudo das relações entre Direito e Literatura com os representantes Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy e Eliane Botelho Junqueira.

Olivo (2005, p. 17) acrescenta ainda, na esfera do objeto de estudo adotado, as obras que discutem a teoria do poder, a saber, Norberto Bobbio e Maquiavel, assim como da justiça, Ronald Dworkin e John Rawls.

Adotamos alguns desses autores como referencial teórico a partir da proposta de Olivo. Desse modo, aos estudantes extensionistas foram sugeridas algumas leituras a partir desse referencial.

A abordagem da *Law in Literature*, descrita por Olivo (2005, p. 22), foi escolhida como metodologia, ou seja, o direito representado na Literatura, de modo que o estudante pudesse entrar em contato com experiências legais.

Nessa linha de pensamento, vale destacar a visão de Olivo (2005, p. 23) sobre o trabalho de Warat em Direito e Literatura, principalmente das obras em que Warat critica o positivismo jurídico de forma comparativa a uma interpretação literal do texto.

Interessante também para nossa abordagem é a visão de mundo relatada na literatura, que é ressaltada por Olivo a partir da obra de Godoy (2002 *apud* OLIVO, 2005, p. 23) “ao exprimir uma visão de mundo, a Literatura traduz o que a sociedade e seu tempo pensam sobre o Direito”.

Outra perspectiva apresentada por Olivo (2005, p. 24) é a do jurista Carlos Wolkmer, que nos chamou a atenção por abordar em suas aulas exatamente a obra escolhida para o projeto em relato: *O mercador de Veneza*.

Por esse mesmo motivo é que nos propomos a utilizar a obra shakespeariana *O mercador de Veneza* no projeto de extensão.

3 | ABORDAGEM DA OBRA DE SHAKESPEARE E OS CRIMES CONTRA A HONRA: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Ao apresentar aos estudantes extensionistas a obra de Shakespeare, a maioria já havia trabalhado alguma questão e discutido o filme no curso de Direito, quer pela citação de Ihering, quer por nossa abordagem em disciplinas do curso de Direito.

Em *A Luta pelo Direito*, de Rudolf von Ihering, obra obrigatória para o estudante de direito, o autor destaca a relação entre direito individual e direito social e exemplifica, com a obra *O Mercador de Veneza*, que a contenda entre Shylock e Antonio ultrapassa o indivíduo e seu ódio contra o outro, relacionando direito e literatura. Ao apresentar a fala de Shylock no julgamento de Antonio, Shylock faz referência à lei de Veneza, deixando claro segundo Ihering (2012, p.45), que não luta somente por sua pessoa,

mas por uma ideia, a da relação de comunhão entre interesse individual e lei, entre lei e Estado:

O poeta, nas quatro palavras – “eu represento a lei” – determinou verdadeira relação do direito sob o ponto de vista objetivo e subjetivo, e a significação da luta pela sua defesa melhor do que poderia fazê-lo qualquer filósofo. [...] Não é o judeu que reclama a sua libra de carne, mas a própria lei veneziana que assoma à barra do tribunal, porque seu direito e o direito de Veneza são apenas um; o primeiro não pode perecer sem perecer o segundo.

As relações entre Direito e Literatura são exploradas por Ihering (2012, p. 22) em uma obra voltada para instigar o estudante a pensar no direito na sua condição de superioridade (de bem maior, de dignidade humana), de luta, de construção histórica, haja vista que não há, para Ihering, um direito que é entregue em oferenda a um povo, mas o direito é cunhado a partir de lutas, pois o direito relaciona interesses e esses quase nunca são convergentes:

Todo direito no mundo foi adquirido pela luta; esses princípios de direito que estão hoje em vigor foi indispensável impô-los pela luta àqueles que não os aceitavam; assim, todo o direito, tanto o de um povo, quanto o de um indivíduo, pressupõe que estão o indivíduo e o povo, dispostos a defendê-lo.

O recorte observacional proposto pelos estudantes foi a parte inicial do filme *O mercador de Veneza*, a qual demonstra o tratamento indigno dispensado a Shylock por Antonio. Shylock é o judeu na trama de Shakespeare, e Antonio, o mercador cristão. Ambos estão envolvidos num contrato/negócio condenado pela Igreja: a usura. Antonio, no entanto, parece se colocar como vítima das circunstâncias, enquanto Shylock é representado como o planejador cheio de sortilégios. Ao invés de cobrar juros para seu empréstimo, demonstra sua “amizade” dispensando os juros, mas exigindo tão somente uma “libra de carne”, da carne de Antonio.

O contrato é descumprido por Antonio e toda a trama segue seu final triunfal a partir dessa contenda e da estranha cobrança de Shylock ao Duque: ele quer que se cumpra seu contrato, ou seja, quer uma libra da carne de Antonio.

Essa exigência, aparentemente cheia de intenções escusas, deve-se à condição de Shylock diante de Antonio, desrespeitado, tendo sua honra, sua dignidade maculada por Antonio ao ter suas vestes publicamente cuspidas por este. Esse é um dos motivos pelos quais Shylock nutre certa ojeriza por Antonio. Assim se depreende de uma de suas justificativas para apresentar tal demanda à corte “[...] do mesmo modo não posso e não quero dar outra razão que uma raiva refletida e um horror inveterado por Antonio, a fim de explicar por que sustento este processo ruinoso contra ele.” (SHAKESPEARE, 2013, p. 95).

É a partir dessa questão levantada por Shakespeare que traçamos um paralelo com o tratamento digno, o respeito à honra na atualidade, em nosso ordenamento jurídico.

Embora seja abordagem do Direito e Literatura também estudar como se davam essas relações no passado e explicar a lei e os costumes da época, numa perspectiva histórica, conforme propõe Wolkmer, nos restringimos somente a destacar como se apresenta na atualidade a lei em relação à dignidade e à honra na situação recortada para apresentação em oficina de extensão.

Os crimes contra a honra são elencados na Parte V do Código Penal e são definidos como aqueles que atingem a integridade moral da pessoa. Em relação a esta conceituação, Mirabete e Fabbrini (2007, p. 127) definem que:

Tem-se distinguido a honra *dignidade*, que representa o sentimento da pessoa a respeito de seus atributos morais, de honestidade e bons costumes, da honra *decoro*, que se refere ao sentimento pessoal relacionado aos dotes ou qualidades do homem (físicos, intelectuais e sociais), qualidades indispensáveis à vida condigna no seio da comunidade. Atinge-se a honra dignidade quando se afirma que alguém é estelionatário ou que praticou determinado furto; macula-se a honra decoro quando se diz que a vítima é um aleijão, ignorante, sovina etc.

Vale a pena mencionar, conforme estabelece o Código Penal de 1940, como são definidos tais crimes:

Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º. É punível a calúnia contra os mortos.

Exceção da verdade.

§ 3º. Admite-se a prova da verdade, salvo:

I – se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II – se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº. I do art. 141;

III – se, do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Exceção da verdade.

Parágrafo único – A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º. O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I – quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II – no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º. Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º. Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei no. 10.741, de 2003)

Pena – reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei no. 9.459, de 1997).

A calúnia apresenta-se como tipo mais grave das três modalidades de crime contra a honra. Segundo Mirabete e Fabbrini (2007, p. 130) há que se caracterizar, no entanto, o caráter doloso, ou seja, “indispensável para a ocorrência do delito é o dolo, ou seja, a vontade de imputar, a outrem, falsamente, a prática de crime”.

Explicam ainda os autores (MIRABETE; FABBRINI, 2007, p. 132) a diferença entre propalação e divulgação em termos de conceito, mas não em termos de pena:

Incorre nas mesmas penas da calúnia quem “sabendo falsa a imputação, a propaga ou divulga” (art. 138, § 1º.). Propalar é propagar, espalhar; divulgar é tornar público. São, portanto, praticamente sinônimos. [...] Em qualquer caso, porém, basta que terceiro tome conhecimento do fato e estará consumado o delito nessas modalidades.

Ainda explorando a diferenciação entre calúnia, difamação e injúria, Greco (2017, p. 615) afirma que no caso de calúnia há que se reunirem os três requisitos essenciais para sua caracterização, ou seja, “a imputação de fato definido como crime, a falsidade da imputação e o elemento subjetivo”. Esse elemento subjetivo é a intenção de caluniar.

No caso da difamação, não importa a veracidade ou não dos fatos, mas a intenção de difamar, de macular a honra objetiva da vítima, a sua reputação.

De acordo com Mirabete e Fabbrini (2007, p. 137) a questão que se coloca na difamação é a imputação de fato desonroso, e não criminoso como no caso da calúnia:

Configura-se o crime com a imputação, ou seja, com a atribuição a alguém de um fato desonroso, o qual, diversamente da calúnia, não é criminoso. Deve também ser fato concreto, específico (RTJ 714/418), embora não se exija que o agente o descreva em suas minúcias. Haverá difamação no dizer que certa mulher mantém relações com um homem, sejam eles casados ou solteiros; que determinado jovem mantém relações libidinosas com seu companheiro de pensão; que certa pessoa pratica o incesto com a irmã etc. Não responde por difamação e sim injúria quem enuncia fato preciso, mas faz relato vago e indeterminado (JTACrSP 64/156, 50/389; RT 498/316; RJDTACRIM 20/224).

Segundo Greco (2017, p. 639), a infração penal de menor gravidade, a injúria, torna-se de maior gravidade se houver a utilização de elementos específicos:

De todas as infrações penais tipificadas no Código Penal que visam proteger a honra, a injúria, na sua modalidade fundamental, é considerada menos grave. Entretanto, por mais paradoxal que possa parecer, a injúria se transforma na mais grave infração penal contra a honra quando consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou à condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, sendo denominada, aqui, de injúria preconceituosa, cuja pena a ela cominada se compara àquela prevista para o delito de homicídio culposo, sendo, até mesmo, mais severa [...].

A injúria também pode alcançar outras formas que não apenas a linguagem escrita ou falada, mas ações podem ser caracterizadoras de injúria, conforme destacam Mirabete e Fabbrini (2007, p. 141):

Pode a injúria ser praticada pelos mais variados meios, como por escritos, desenhos, gestos, meios simbólicos, comportamentos etc. Responde pelo delito quem, com a intenção de ferir a dignidade alheia, atira conteúdo de copo de bebida no rosto da vítima (JTACrSP 30/181) ou despeja saco de lixo à porta do apartamento vizinho, conspurcando-a com detritos inservíveis (RT 516/346). Até por omissão pode-se injuriar: não apertar a mão de quem a estende, em cumprimento; não responder, acintosamente, a um cumprimento em público etc.

A escolha dessa temática como primeira abordagem dos estudantes extensionistas foi bastante oportuna, pois a questão apresentada aos alunos do ensino médio não tem a intenção de fazê-los memorizar a pena aplicada ao crime, mas entender a gravidade dos crimes contra honra, pois esses afetam sobremaneira a convivência humana e trazem graves consequências para o indivíduo, tanto a vítima quanto o infrator.

Além disso, conforme apontou Dallari ao tratar do que concerne na realidade a cidadania, a conscientização do valor da dignidade humana é condição *sine qua non* para a vida coletiva e o exercício pleno da cidadania.

3.1 Oficina de Extensão com os Estudantes do Ensino Médio

O primeiro procedimento adotado para a execução do projeto de extensão intitulado “Diálogos entre Direito e Literatura: da universidade para a escola” foi a leitura obrigatória da obra *O mercador de Veneza*, de William Shakespeare e posterior discussão pelo grupo de extensionistas. Em seguida, antes de qualquer referencial teórico, foi proposto aos extensionistas que elencassem as questões do direito que desejavam trabalhar ou que percebiam na obra.

Diferentes questões foram abordadas pelos extensionistas, dentre elas a questão da dignidade da pessoa humana e dos crimes contra a honra.

Apartir dessa seleção os estudantes fizeram leituras direcionadas à fundamentação teórica e pesquisaram o tema mais conhecido por eles, a saber, os crimes contra a

honra, exatamente por ser tema abordado em uma disciplina que a maioria deles cursava naquele semestre.

Em seguida, foram desafiados a fazer um levantamento das escolas públicas de ensino médio da cidade de Imperatriz e preparar uma explicação sobre o tema “crimes contra a honra” (artigos 138, 139 e 140 do Código Penal Brasileiro) a ser apresentada em uma atividade educativa para os estudantes do ensino médio.

Os estudantes extensionistas apresentaram em reunião a lista de escolas públicas, prováveis locais de aplicação de uma atividade envolvendo Direito e Literatura, bem como explicação de doutrinadores renomados sobre o tema específico do Direito Penal por eles escolhido como objeto de discussão e apresentação na oficina de extensão.

Para a atividade de extensão foi escolhida uma das escolas listadas pelos estudantes, efetuado o contato e a aceitação da direção e marcada a data da apresentação. As escolas geralmente se interessam bastante por atividades envolvendo os estudantes da UFMA.

Na elaboração da atividade educativa, levamos em consideração o perfil dos estudantes. Numa primeira apresentação, foram envolvidos alunos de três diferentes turmas.

O objetivo nessa fase do processo era dar ao estudante extensionista liberdade e autonomia para criar uma apresentação para o público do ensino médio das escolas públicas. No entanto, o nível de dificuldade da apresentação se mostrou evidente: como diluir essa informação “técnico-jurídica” para outra abordagem de viés didático e facilitador.

Assim sendo, os estudantes extensionistas optaram por exemplificar os tipos penais para esclarecer a diferença entre eles.

A apresentação da oficina de extensão seguiu a seguinte ordem de execução: primeiro os estudantes foram questionados se conheciam a obra literária *O mercador de Veneza*; em seguida foi apresentada uma breve consideração sobre a vida e obra de William Shakespeare; por fim, antes da apresentação do recorte do filme, foram questionados se já teriam assistido tal obra.

Houve exibição apenas de um recorte do filme, exatamente do momento em que judeus condenados por usura foram jogados da ponte e a passagem em que Antonio cospe nas vestes de Shylock quando cumprimentado por este.

O recorte apresentado foi discutido com os estudantes que traziam suas percepções do ocorrido e suas possíveis reações. Os estudantes tiveram oportunidade de expressar situações em que se sentiram ofendidos e começaram a diferenciar calúnia, difamação, injúria e a questão maior de sua realidade: o bullying.

Em seguida, os extensionistas explicaram a diferença técnico-jurídica entre calúnia, difamação e injúria. Os estudantes demonstraram muito interesse pelo assunto, principalmente no que concerne à resolução de prováveis conflitos de seus familiares. Os extensionistas esclareceram como proceder no caso de qualquer desses crimes.

No entanto, o objetivo maior dessa atividade era fazer refletir que muitas vezes

certas “brincadeiras” não podem ultrapassar o limite da honra do indivíduo, discutir a questão da fofoca, da possibilidade de se passar informações que não são verdadeiras e que possam prejudicar alguém. Essa é a questão maior desses crimes contra a honra, eles afetam a dignidade da pessoa humana, a integridade, a moral e a vida de um indivíduo, tendo consequências jurídicas para aqueles que não sabem se controlar e nem respeitar o outro, caso seja este acionado por meio de processo judicial.

Depois de encerrada a discussão, eles foram convidados a elaborar uma redação tratando do tema de forma livre.

Os extensionistas recolheram as redações e marcamos uma reunião para discutir os resultados.

4 | RESULTADOS ESPERADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto de extensão teve por objetivo trazer a literatura para a universidade e através dela, da obra de Shakespeare, conceitos e aplicações da lei brasileira no que concerne aos crimes contra a honra.

Dos resultados esperados tivemos a contribuição ativa dos extensionistas na construção do conhecimento, pois tiveram que se preparar para a apresentação da oficina nas escolas, planejar e organizar tanto a atividade quanto a burocracia necessária para o deslocamento até as escolas.

Impossível deixar de notar o interesse que até os estudantes de ensino médio têm em saber como funciona a lei para os casos concretos que possuem como exemplo.

Em relação aos extensionistas, puderam ter contato com o processo de construção do conhecimento, de pesquisa, de docência e de elaboração da oficina de extensão. Além disso, puderam repensar as ações a partir dos resultados obtidos, das questões levantadas e da experiência concreta na solução de problemas, bem como tiveram oportunidade de condensar seus conhecimentos no tema “crimes contra a honra” e experimentar um pouco do que é ser advogado ao serem consultados para a resolução dos possíveis casos apresentados pelos estudantes ao final da atividade.

Tiveram, ainda, os extensionistas, oportunidade de trabalhar com o texto literário e o texto técnico, bem como o contato com teoria e metodologia do Direito e Literatura, fazendo assim um exercício do trabalho científico. Foram, ainda, desafiados a produzir um resumo para apresentação em evento da universidade, trazendo suas experiências de pesquisa, ensino e extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dez. de 1940. **Código Penal**. Brasília, DF, dez. de 1940.

BLOOM, Harold. **Shakespeare: a invenção do humano**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

COULANGES, Numa Denis Fustel de. **A Cidade Antiga. Estudo sobre o Culto, o Direito e as Instituições da Grécia e de Roma.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e Literatura: anatomia de um desencanto.** Curitiba: Juruá, 2002.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado.** 11^a. edição. Niterói, RJ: Editora Impetus, 2017.

IHERING, Rudolf von. **A luta pelo Direito.** São Paulo: EDIJUR, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal. II.** 25^a. edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

OLIVO, Luiz Carlos Cancellier de. **O estudo do Direito através da Literatura.** Tubarão: Editorial Studium, 2005.

PRADO, Daniel Nicory. **Panorama dos estudos sobre “Direito e Literatura” no Brasil.** In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia. n°. 15. Ano 2007.2. Salvador. Bahia.

SHAKESPEARE, William. **O Mercador de Veneza.** São Paulo: Martin Claret, 2013.

THE MERCHANT of Venice. Direção: Michael Radford. Produção: Brokaw, C.; Cowan, M.; Navidi, B.; Piette, J. Itália, Reino Unido, Luxemburgo: Delux Productions *et alii*, 2004, 1DVD.

TRINDADE, André Karam; BERNSTES, Luísa Giuliani. **O Estudo do Direito e Literatura no Brasil: surgimento, evolução e expansão.** In: ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura. vol.3.n.1. Janeiro-junho, 2017. pp. 225-257.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-95-6



9 788585 107956